



**ESTADO DE SERGIPE
 MUNICIPIO DE PACATUBA**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2023

CONTRATO Nº 01/2024

Contrato de fornecimento, que entre si celebram, de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PACATUBA, do outro, a empresa ARAUJO LEITE COMBUSTÍVEIS LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 45/2023/PACATUBA/SE.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PACATUBA, por intermédio de sua **Secretária**, inscrita no CNPJ sob nº 11.368.671/0001-26, localizada à Av. Arinaldo Garcez, S/N – Centro, nesta cidade de PACATUBA/SE, neste ato representado por seu(a) Secretária o(a) senhor(a) **MARINALDO BISPO**, brasileiro(a), maior, capaz, portador(a) do CPF nº 989.308.265-04, residente e domiciliado(a), nesta Cidade, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ARAUJO LEITE COMBUSTÍVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nr. 04.956.350/0001-87, com sede na Rodovia Se/202, s/n, Km 15, Zona Rural, Japoatã/SE, CEP:49950-000, neste ato, representada pelo Sr. **ANIZIO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO**, (brasileiro), (casado), (empresário), portador da Cédula de identidade RG 304.700 SSP/ SE, inscrito no CPF/MF sob o no 311.431.135-00, residente e domiciliado na Rua Antonio Fagundes de Santana, nº370, Edifício Residencial Ômega, apto. 401, Bairro Treze de Julho, Aracaju/Se, CEP:49020-070, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do **PREGÃO ELETRONICO Nº 45/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, obedecendo integralmente o regulamento aprovado pelo Decreto Municipal nº 1263, de 01 de julho de 2020, Decreto Municipal nº 1.117/2019, de 28 de novembro de 2019, e ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais. , e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para Aquisição futura e parcelada de combustível (Gasolina comum e Óleo S-10), para atender à frota do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº. 23/2022 e seus anexos, e propostas de preços apresentadas, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLAUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto será fornecido mediante a forma de execução indireta, sob o regime de fornecimento por preço unitário, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total anual estimado para a contratação é de **R\$ 1.594.377,00 (Hum Milhão Quinhentos e Noventa e Quatro Mil Trezentos e Setenta e Sete Reais)**.

3.2.No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a **CONTRATANTE** de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

ITEN S	ESPECIFICAÇÕES DOS COMBUSTÍVEIS	QUANT TOTAL	UND	PREÇO UNT.	PREÇO GLOBAL R\$
--------	---------------------------------	-------------	-----	------------	------------------



ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE PACATUBA

01	GASOLINA COMUM	243.000	Lts.	R\$5,93	R\$1.440.990,00
02	Óleo Diesel S-10	24.700	Lts.	R\$6,21	R\$153.387,00

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A critério da Administração, o Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, até 30 (trinta) dias, conforme Lei nº8.666/93, Art 40, XIV alínea "a", após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada e de acordo com as quantidades fornecidas pela Contratada, a pedido da Contratante e mediante apresentação da Prova de Regularidade para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º, Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF, e Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Débitos Trabalhista.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município, oportunidade em que deverão ser apresentadas notas fiscais, incluindo as certidões referidas no parágrafo anterior, comprovando o efetivo fornecimento dos produtos, relativas ao período correspondente, devidamente atestada pelas Secretarias competentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo atraso de pagamento, a parcela atrasada será atualizada segundo a variação do INPC, desde a data final do período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Para o efeito deste item, não serão computados os atrasos atribuíveis à contratada e os decorrentes da não aprovação dos documentos de quitação ou ainda da não aceitação do produto.

CLÁUSULA QUINTA- EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

À contratada, quando for o caso, deverá formular a administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preços de fabricante, notas fiscais de aquisição, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

I. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

MT



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE PACATUBA**

Pág. 260
Jenil

II. A administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá a revisão do contrato, mediante apostilamento.

CLAUSULA SEXTA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será até 31 de Dezembro de 2024 , contados a partir da respectiva assinatura.

CLAUSULA SÉTIMA -DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa prevista na cláusula terceira correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias, constantes do orçamento para o exercício financeiro de 2024:

**UO: 04013 – Fundo Municipal de Saúde;
PA: 2048 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
ED: 3390.30.00.00 – Material de Consumo;
FR 15001002.**

**UO: 04013 – Fundo Municipal de Saúde;
PA: 6351 – Gestão das Ações Voltadas ao Piso de Atenção Básica – PAB Variável;
ED: 3390.30.00.00 – Material de Consumo;
FR 16000000.**

CLAUSULA OITAVA -DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
A CONTRATADA obriga-se a:

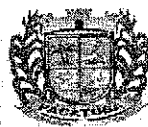
- Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que dará origem à mesma, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

O CONTRATANTE obriga-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;

Prefeitura Municipal de Pacatuba - Praça Nossa Senhora de Lourdes, S/N Centro, Pacatuba-SE
Tel: (79) 3343-1613/1718/1461 CNPJ: 13.112.222/0001-48 CEP: 49.970-000

[Handwritten signature]



Aluelson

**ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE PACATUBA**

Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos fornecimentos, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLAUSULA NONA DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento objeto do fornecimento dar-se-á de acordo com o Art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/93, com alterações posteriores;
Para o fornecimento de combustíveis, a futura contratada, deverá ter posto de combustíveis a uma distância de no máximo 15km (quinze quilômetros) do Departamento de Transportes, localizada na Rua João Feliciano de Menezes s/n - Bairro Centro - Pacatuba/SE CEP 49.970-000.
Na eventualidade da futura contratada ter uma filial ou um posto de um mesmo grupo econômico a uma distância de no máximo 15km (quinze quilômetros), também poderá ser feito o abastecimento.

CLAUSULA DECIMA DAS PENALIDADES E MULTAS

Pelo atraso injustificado do fornecimento, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

- I - advertência;
- II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Fornecimento, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Fornecimento, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;
- IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do objeto contratado, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa do Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do fornecimento.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, fica designado o servidor **Alaelson Bispo dos Santos Junior**, lotado na Secretaria Transporte desta Prefeitura, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato e **Alexandra da Cruz Santos**, como Gestor(a) do Contrato, na execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

Aluelson




**ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE PACATUBA**

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLAUSULA DECIMA QUARTA DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente fornecimento, com renúncia expressa por qualquer outro.
E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Pacatuba/SE, 02 de Janeiro de 2024.


MARINALDO BISPO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
ANIZIO CARDOSO DE OLIVEIRA
NETO:31143113500
Assinado de forma digital por
ANIZIO CARDOSO DE OLIVEIRA
NETO:31143113500
ARAÚJO LEITE COMBUSTÍVEIS LTDA
ANIZIO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - José Ferreira Braz Alves

CPF: 000670505-73

II - Almir da Cruz Bruno

CPF: 662589075-53



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE PACATUBA**

ANEXO I

	GASOLINA	DIESEL S-10
FMS-RP-AÇÃO-2048	160.000	24.700
FMS-PAB VAR.-AÇÃO-6351	83.000	
TOTAL	243.000	24.700

[Handwritten signature]